



Número: **0813565-52.2015.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO SUMÁRIO**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **27/11/2017**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|--------------------------|
| ANA PATRICIA ARAUJO DA SILVA (AUTOR) | | MARCELO VITOR JALES RODRIGUES (ADVOGADO) JERONIMO AZEVEDO BOLAO NETO (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | PATRICIA ANDREA BORBA (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 24555 37 | 01/06/2015 16:21 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 24555 68 | 01/06/2015 16:21 | Ana Patricia Araujo da Silva - DOCS | Documento de Comprovação |

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) JUIZ(ÍZA) DE DIREITO DE UMA DAS VARAS
CÍVEIS DA COMARCA DE MOSSORÓ/RN, A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO
LEGAL.**

ANA PATRICIA ARAÚJO DA SILVA, brasileira, solteira, portando documento de identidade RG nº 3016334, e CPF nº 090.909.544-22, residente e domiciliada na Rua Marechal Hermes, nº 1887, Barrocas, Mossoró/RN – CEP 59621-160, por intermédio de seus procuradores, com endereço profissional constante do rodapé da página, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ

-

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro, Rio de Janeiro – CEP: 20031205, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados:

I – PRELIMINARMENTE – DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA:

A parte demandante não possui condições financeiras para arcar com as custas do processo sem que isso afete o seu sustento e o de sua família. Destarte, requer o benefício da **Justiça Gratuita**, conforme dispõe a Lei nº 1.060/50, com alterações da Lei nº 7.510/86.

Assim, Excelência, é indubitável que a parte autora não tem condições de pagar as custas processuais sem que isso implique na impossibilidade de seu próprio sustento e de sua família.

II – DOS FATOS:

No dia 05/09/2014, a demandante seguia na condição de passageira em uma moto HONDA POP 100, cor roxa, de placa NNM8761/RN, ano 2011, trafegando na Avenida Dix Jerônimo Dix Neuff Rosado, Centro, em Mossoró/RN, quando o condutor da mesma acabou perdendo o controle após um veículo que cruzou a via colidir contra a motocicleta, caindo ambos ao chão, sofrendo lesões.

Em razão desse acidente, a promovente foi encaminhada para o UPA do bairro Santo Antonio, em Mossoró/RN, onde foi diagnosticada de múltiplas lesões (politrauma), consoante prontuário de atendimento.

Diante desses fatos, a parte demandante procurou receber pela via administrativa os valores a que tinha direito através do Seguro DPVAT. Entretanto, a Ré não concedeu qualquer valor ao autor.

Destarte, não resta outra saída senão socorrer-se no Judiciário para conseguir a indenização securitária a que tem direito, no valor de R\$ 13.500,00.

III – DO DIREITO – INDENIZAÇÃO REFERENTE AO SEGURO DPVAT – PAGAMENTO MEDIANTE SIMPLES DEMONSTRAÇÃO DO ACIDENTE- INTELIGENCIA DA LEI 6.194/74.

-

O Seguro DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres).

A Lei nº 6.194/74, que regula o seguro DPVAT, sofreu fortes transformações com o advento da lei nº 11.945/09. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (destacou-se)

Acontece Excelência, que, em que pese o seguro já ter sido pleiteado na seara administrativa, a demandada não pagou à parte autora o que era devido.

Ao contrário de mencionar a promovida, a Lei em comento determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, mas, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a requerida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal acima delineado.

O direito à percepção do seguro está expresso no art. 5º da Lei nº 6.194/74, que diz o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (destaques acrescidos)

-

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado.

Ademais, salienta-se ainda, que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando a simples prova do acidente e do dano decorrente.

Conclui-se, assim, que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado.

No tocante ao limite indenizatório, este se encontra respaldo no artigo 3º de mesma lei, *verbis*:

Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares. (destacou-se)

Desta forma, por tudo que foi exposto, não restam dúvidas de que a parte demandante deve ser indenizada pela demandada através do seguro DPVAT, uma vez que preenche todos os requisitos previstos em lei.

Demais disso, os documentos comprobatórios demonstram de forma inequívoca o dano resultante do sinistro.

IV – _____ DOS PEDIDOS:

-

Ante o exposto, a parte demandante **requer:**

- a) Que seja concedido o benefício da justiça gratuita, uma vez que a parte autora não pode arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família;
- b) A procedência do pedido constante na presente ação, para condenar a requerida ao pagamento da indenização no *quantum* de **R\$ 13.500,00** em face da invalidez sofrida pela parte requerente em razão do sinistro narrado;
- c) A citação da demandada no endereço informado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- d) **Requer ainda, que seja nomeado perito, de preferência, locado nesta urbe, para realizar parecer médico e quantificar a sequela permanente que assola a requerente, tudo conforme a parceria firmada entre o TJ e a seguradora Líder (convênio n. 01/2013 de 22 de agosto de 2013):**
- f) seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
- g) com base na **Súmula 54 do STJ**, que o valor da condenação seja acrescido de juros e **correção monetária retroativa a data do sinistro**.

-

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, inclusive por documentos que possam surgir no curso do processo.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00**

Nesses termos, pede deferimento.

Mossoró/RN, 12 de Maio de 2015.

THALES JOSÉ RÊGO DOS SANTOS

Advogado – OAB/RN nº 11.500

JERONIMO AZEVEDO B. NETO

Advogado – OAB/RN nº 12.096

| TRABALHADOR | MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO |
|--|--|
| <p>Esta é sua Carteira de Trabalho - CTPS, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.</p> <p>Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p> <p>O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.</p> <p>Pela sua importância, é seu dever protegê-la. Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.</p> <p>CONFECCIONADA COM RECURSOS DO FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.</p> <p>VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR</p> | <p>CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL</p> <p>132.30746.64-2</p> <p>0299679 003-0 RN</p> <p><i>Ana Patricia Araujo da Silva</i></p> <p>ASSINATURA DO TITULAR</p> <p>FOTO DO TITULAR</p> <p>IMPRESSÃO DIGITAL</p> |

| QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO | ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE |
|--|---|
| <p>ANA PATRICIA ARAUJO DA SILVA</p> <p>FILIAÇÃO: JOSE GERMANO DA SILVA MARIA DE FATIMA ARAUJO DA SILVA SEXO: FEMININO</p> <p>NASCIMENTO: 04/04/1988</p> <p>ESTADO CIVIL: SOLTEIRO</p> <p>NATURALIDADE: MOSSORO - RN</p> <p>DOCUMENTO: R.G. 003016334 SSP RN</p> <p>LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995</p> <p>CPF: 080.809.644-22</p> <p>TTT. ELEITOR:</p> <p>CNH:</p> <p>SEÇÃO:</p> <p>ZONA:</p> <p>LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE/MOSSORO - 05/08/2008</p> <p><i>Caro Sapo de Oliveira Filho</i></p> | <p>ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE</p> <p>FILIAÇÃO: _____</p> <p>DATA DE NASC. DE ____/____/____ PARA ____/____/____</p> <p>DOCUMENTO: _____</p> <p>ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR: _____</p> <p>MOTIVO: _____</p> <p>NOME: _____</p> <p>DOCUMENTO: _____</p> <p>ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR: _____</p> <p>MOTIVO: _____</p> <p>NOME: _____</p> <p>DOCUMENTO: _____</p> <p>ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR: _____</p> <p>MOTIVO: _____</p> <p>NOME: _____</p> <p>DOCUMENTO: _____</p> <p>ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR: _____</p> <p>MOTIVO: _____</p> <p>LEGENDA</p> <p>A - CASAMENTO C - DIVÓRCIO E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE G - DATA DE NASCIMENTO</p> <p>B - FIDUCIAR D - ADOÇÃO F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA</p> <p>03</p> |



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memmiz, 150 - Baldo, Natal, Rio Grande do Norte - CEP 59025-250
CNPJ 08.324.186/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
MARIA DE FÁTIMA XAVIER DE LIMA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA MARECHAL HERMES 1887 A

CPF: 012.304.894-21 NIS: 16361785174

BARROCAS/ÁREA URBANA
MOSSORO RN
59621-160

CLASSIFICAÇÃO
BT RESIDENCIAL
BAIXA RENDIA COM NIS
Monofásica

CONTA CONTRATO 0853866873 MÊS/ANO 07/2014
DATA DE VENCIMENTO 23/07/2014 DATA DE CANCELAMENTO 13/08/2014
TOTAL A PAGAR (R\$) 169,05

Nº DA NOTA FISCAL 000538449
SÉRIE ÚNICA
EMISSÃO 12/07/2014
APRESENTAÇÃO 16/07/2014 Nº DO CLIENTE 3000843872 Nº DA INSTALAÇÃO 503417

| DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL | QUANTIDADE | PREÇO (R\$) | VALOR (R\$) |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Consumo Ativo até 30 kWh | 30,0000000 | 0,17036594 | 5,11 |
| Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh | 70,0000000 | 0,29209019 | 20,44 |
| Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh | 120,0000000 | 0,43813529 | 52,57 |
| Contribuição Iluminação Pública | 135,0000000 | 0,48881699 | 65,72 |
| ICMS-Parcela Subvencionada | | | 11,83 |
| Multa por atraso NF-000528845 - 14/05/14 | | | 8,49 |
| Juros por atraso NF-000528845 - 14/05/14 | | | 3,58 |
| | | | 1,23 |

TOTAL DA FATURA

169,05

| DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL | | | | | | | | | |
|--|----------------|--------------------------------------|--------------------------------------|------------|-----------|--------|---------------|--|--|
| Nº DO MEDIDOR | TIPO DA FUNÇÃO | ANTERIOR | ATUAL | Nº DE DIAS | CONSTANTE | AJUSTE | CONSUMO (kWh) | | |
| 1586668 | CAT | DATA 11/05/2014 LEITURA 24.450,00 | DATA 13/07/2014 LEITURA 24.613,00 | 31 | 1,00000 | | 355,00 | | |

MÊS/ANO DE CONSUMO

| | |
|--------|-----|
| JUL 14 | 355 |
| JUN 14 | 335 |
| MAI 14 | 413 |
| ABR 14 | 388 |
| MAR 14 | 355 |
| FEV 14 | 343 |
| JAN 14 | 380 |
| DEZ 13 | 329 |
| NOV 13 | 306 |
| OUT 13 | 318 |
| SET 13 | 418 |
| AUG 13 | 470 |
| JUL 13 | 420 |

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS

| BASE DE CÁLCULO | % | VALOR DO IMPOSTO |
|-----------------|-------|------------------|
| ICMS | 14,04 | 27,00 |
| PIS | 14,04 | 0,68 |
| COFINS | 14,04 | 3,14 |

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

| | R\$ | % |
|------------------------|--------|-------|
| Geração de Energia | 57,53 | 38,99 |
| Transmissão | 2,68 | 1,85 |
| Distribuição (Consumo) | 36,07 | 25,08 |
| Encargos Soteria | 3,27 | 2,07 |
| Tributos | 44,31 | 30,81 |
| Total | 143,84 | 100 |

TARIFAS APLICADAS
Consumo Ativo até 30 kWh 0,17036594
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh 0,29209019
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh 0,43813529
Consumo Ativo superior a 220 kWh 0,53678000

422B 3145 7A7B 354E AABC 492C 484E 48BD

INFORMAÇÕES IMPORTANTES
A partir de 2015 entrará em vigor o sistema de bandeiras tarifárias. Neste mês estamos em vigor a bandeira VERDE, que implica em cobrança adicional em 0,02 R\$/kWh. Mais informações em www.aneel.gov.br. O pagamento desta Nota Fiscal deve ser feito somente em espécie. Pagamento em atraso gera multa 2% (Res. 414/ANEEI - 05/07/10) e juros 1% a.m. (Lei 10.438-2004/02), no próximo mês. O cliente é responsável por verificar a continuidade de individual ou do nível de tensão de fornecimento. O descumprimento do prazo de entrega para os padrões de atendimento comercial. Em caso de suspensão de fornecimento, o encerramento do contrato poderá ocorrer após 2 ciclos de faturamento, podendo também ser cobrado o custo de disponibilidade no ciclo em que ocorrer a suspensão.

ATENÇÃO COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

| Comunicamos o não pagamento de (a) conta(s) de energia elétrica(s) | | | | | |
|--|-----------|--------|---------|-----------|-------|
| Vencido | Diretório | Valor | Vencido | Diretório | Valor |
| 24/06/14 | 18/07/14 | 159,52 | | | |

Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de inadimplência do CNPQ e SERASA, com consequente restrição judicial que poderá ser cobrada após o fim do processo.

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEI 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossos unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

| DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES | | | | | NÍVEL DE TENSÃO | | |
|---------------------------------------|-------|---------------|-------------------|--------------|--------------------|------------------------|--------|
| COLÍMIO BARROCAS | VALOR | LIMITE MENSAL | LIMITE TRIMESTRAL | LIMITE ANUAL | TENSÃO NOMINAL (V) | LIMITE DE VARIAÇÃO (V) | |
| OTC | 0,00 | 5,55 | 11,10 | 22,21 | 220 | MÍNIMO | MÁXIMO |
| FTC | 0,00 | 3,55 | 7,10 | 14,20 | | 201 | 231 |
| DMC | 0,00 | 3,20 | 0,00 | 0,00 | | | |

Limite DCR: 12,22 ELSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição - R\$ 55,44

8832 - 8211
8801 - 9496

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 8756/0231 Nº 010617285834
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

| | | | |
|-----|--------------|------------|-----------|
| VIA | COD. RENAVAM | R.N.T.R.C. | EXERCÍCIO |
| 1 | 00281027986 | ***** | 2014 |

NOME

ANA PAULA XAVIER DE LIMA BANDEIRA

CPF / CNPJ

054.648.564-20

PLACA

NNM8761

PLACA ANT / UF

NNM8761/RN

CHASSI

9C2HB0210BR413447

ESPÉCIE TIPO

PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE

COMBUSTÍVEL

GASOLINA

MARCA / MODELO

HONDA/POP100

ANO FAB.

2011

ANO MOD.

2011

CAP / POT / CIL

OCV/97 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

ROXA

COTA ÚNICA

R\$ 0.00

VENC. COTA ÚNICA

28/05/2014

VENC. / COTAS

1º PAGO

FADIA I.R.V.A.

A 002824 3X

PARCELAMENTO / COTAS

R\$ *****

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

*** TAXAS DETRAN: PAGO

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

*** OBRIG. DPVAT: PAGO

DATA DE PAGAMENTO

OBSERVAÇÕES

ALIEN. FID. EM FAVOR DE: 03.634.220/0001-65

BANCO HONDA S/A AUTO DE PONTE OBRIGATORIO

MOTOR: HB02E1B413447 PARA TRANSFERENCIA

MOSSORO/RN

Marcelo Brito da Medeiros Góes
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN-RN
EXPEDIDOR

DATA

28/05/2014

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

RN Nº 010617285834 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2014

DATA EMISSÃO

28/05/2014

VIA

1

CPF / CNPJ

054.648.564-20

PLACA

NNM8761

RENAVAM

00281027986

MARCA / MODELO

HONDA/POP100

ANO FAB.

2011

CAT. TARE

9

Nº CHASSI

9C2HB0210BR413447

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DETRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO



DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

JUL/2015

| | | |
|--|--|---|
|  | Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Mossoró Secretaria Municipal da Saúde |  SUS Sistema Único de Saúde |
| FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA | | |
| Unidade: UPA CONCECITA CIARLINI | | Atendimento N°: 400 |
| DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/N° REGISTRO: 345865 | | |
| Nome: ANA PATRICIA DE ARAUJO DA SILVA | | Idade: 04/04/1988 (26a 5m) |
| Sexo: Feminino | | |
| Cartão SUS: | Nome da Mãe: MARIA DE FATIMA ARAUJO DA SILVA | |
| Endereço (Rua/Av): MARECHAL HERMES | | Profissão: |
| Nº: 1887 | | Complemento: |
| Bairro: BARROCAS | Cidade: | Estado: |
| Clínica: CLINICA MEDICA | | Data: 05/09/2014 |
| Hora: 20:09 | | |
| Motivo da Procura: PRONTO ATENDIMENTO | | Rubrica Servidor: UPA SANTO ANTONIO |
| Assinatura do Paciente: | | |
| ACOLHIMENTO: | | |
| <input type="checkbox"/> Emergência <input type="checkbox"/> Urgência <input type="checkbox"/> Não Urgência <input type="checkbox"/> Acidente de Trabalho <input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trânsito | | |
| Acolhimento com classificação de risco: | | |
| Queixa: | | |
| Antecedentes Alérgicos: | | |
| HAS () DM: () | | Assinatura: |
| | | Classificação: |
| ANAMNESE: | | |
| <div style="font-family: cursive; font-size: 1.2em; color: blue;"> Audubon fronteira </div> | | |
| EXAME FÍSICO: | | |
| Peso: _____ Temperatura: _____ F.C.: _____ PA: _____ F.R.: _____ Glasgow: _____ | | |
| SpO2: _____ HGT: _____ | | |
| EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS: | | |
| <input type="checkbox"/> Laboratório: | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> Radiológico: <i>Ex. Torax</i> | | |
| <input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> Outros | | |
| Hipótese do Diagnóstico: | | CID: |
| Conduta: <input type="checkbox"/> Medicação <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Laudo para AIH | | Médico: (Carimbo e Assinatura) |
| Saída: Data/Hora _____ / _____ / _____ às _____ h. <input type="checkbox"/> Alta referido para UBS <input type="checkbox"/> Óbito | | |
| <input type="checkbox"/> Outra Unid. Urgência <input type="checkbox"/> Especialidade | | |

Dr. Robson Costa
MÉDICO
 CRM-RN 7438

(01) Voltarum 01 Amp Jm
(02) Decadron 1mg - 01 Amp + ABD fr.
Apakah
50^o SA
Loren: 207-392.

Dr. Roberto Costa
MÉDICO
CRM-RN 7433



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
1ª DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MOSSORÓ/RN
Rua Presidente Dutra, s/n, Alto de São Manoel - Mossoró-RN



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 1582/2014

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: ACIDENTE DE TRÂNSITO
LOCAL: AV. DIX JERÔNIMO DIX NEUFF ROSADO, CENTRO, MOSSORÓ/RN (PX AO GINÁSIO PEDRO CIARLINE)
DATA E HORÁRIO DO FATO: 05/09/2014 POR VOLTA DE 19:30 HS

COMUNICANTE: Ana Patrícia Araújo da Silva- TEL.: (84) 8601 9476
FILIAÇÃO: Jose Germano da Silva e Maria de Fátima Arajo da Silva
ENDEREÇO: Rua Marechal Hermes, nº 1887, Bairro Barrocas, Mossoró/RN
DATA DE NASCIMENTO: 04/04/1988 NATURALIDADE: Mossoró-RN..
DOC. RG 3.016.334 SSP/RN

VÍTIMA: A comunicante.

NOTICIADO:XX

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA: A comunicante compareceu a esta Delegacia de Polícia para registrar que no dia, local e horário acima, vinha de carona na garupa de uma MOTOCICLEETA HONDA/POP 100, PLACA NNM 8761, RENAVAM 281027986, COR ROXA, CHASSI 9C2HB021GBR413447, ANO FAB. 2011, ANO MOD. 2011, LICENCIADA NO NOME DE ANA PAULA XAVIER DE LIMA BANDEIRA 9CPF 054.648.564-20), motocicleta esta conduzida por Ana Paula Xavier de Lima Bandeira, quando um carro, que estava parado às margens da via, saiu atravessando a via e obstruindo a passagem da motocicleta em que vinha; QUE a condutora da motocicleta ainda tentou desviar do carro, porém, este ainda chegou a colidir na traseira da motocicleta; QUE a condutora da motocicleta perdeu o controle e ambas caíram no asfalto; QUE condutora da moto nada sofreu; QUE foi socorrida para o UPA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO por um colega (JOÃO PAULO) da condutora da moto; QUE sofreu as lesões descritas na FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA ATENDIMENTO Nº 400. Nada mais disse.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS: Registro da Ocorrência. EXPEDIÇÃO DA GUIA AO ITEP 704/2014. Todas as informações aqui contidas são de responsabilidade do comunicante.

Mossoró/RN, 15 de setembro de 2014 às 18:00 h

Ana Patrícia A. da Silva
COMUNICANTE

Luiz Josele da Rocha
Luiz Josele da Rocha
Mat. 166.857-9